

4.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE BRAGA

Anúncio

Processo n.º 4770/06.4TBBRG.
Insolvência de pessoa colectiva (requerida).
Credora — Arcada Nova, S. A.
Devedora — Construções Irmãos Silva, L.ª

No Tribunal da Comarca de Braga, 4.º Juízo Cível de Braga, no dia 16 de Novembro de 2006, ao meio-dia, foi proferida sentença de declaração de insolvência da devedora Construções Irmãos Silva, L.ª, número de identificação fiscal 501854363, com endereço no lugar de Vieiros, Cabreiros, 4700-000 Braga, com sede na morada indicada.

É administrador do devedor, Abílio Marques da Silva, número de identificação fiscal 133104478, com endereço na Rua do Raio, 296, 1.º, sala B, 4710-924 Braga, a quem é fixado domicílio na morada indicada.

Para administrador da insolvência é nomeada a Dr.ª Maria Clarisse da Silva Barros, com endereço na Rua do Cónego Rafael Álvares da Costa, 60, 4710-000 Braga.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno [alínea i) do artigo 36.º do CIRE].

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de cinco dias

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 do artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1 do artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 29 de Janeiro de 2007, pelas 10 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da comissão de trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72.º do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil [alínea c) do n.º 2 do artigo 24.º do CIRE].

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

Informação — plano de insolvência

Pode ser aprovado plano de insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua reparação pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192.º do CIRE).

Podem apresentar proposta de plano de insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do juiz (artigo 193.º do CIRE).

16 de Novembro de 2006. — A Juíza de Direito, *Maria da Conceição Barbosa de Carvalho Sampaio*. — A Oficial de Justiça, *Liliana M. A. S. S. Fernandes*. 1000308229

3.º JUÍZO DE COMPETÊNCIA ESPECIALIZADA CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE GUIMARÃES

Anúncio

Processo n.º 7915/03.2TBGMR.

Falência (requerida).

Requerente — Clariant — Químicos (Portugal), L.ª

Falida — Sociedade Têxtil da Cuca, S. A., e outro(s).

Dr.ª Patrícia Madeira, juíza de direito do 3.º Juízo Cível do Tribunal da Comarca de Guimarães, faz saber que, por sentença de 6 de Novembro de 2006, proferida nos presentes autos, foi declarada a falência da falida Sociedade Têxtil da Cuca, S. A., número de identificação fiscal 500262560, com domicílio no lugar de Fundevila, Moreira de Cónegos, apartado 16, Vizela, 4815-901 Moreira de Cónegos, tendo sido fixado em 30 dias contados da publicação do competente anúncio no *Diário da República*, o prazo para os credores reclamarem os seus créditos, conforme o estatuído no disposto no artigo 128.º, n.º 1, alínea e), do CPEREF.

Foi nomeado liquidatário judicial, o Dr. Armando Braga, com endereço na Rua de Santa Catarina, 391, 4.º, esquerdo, 4000-451 Porto.

20 de Novembro de 2006. — A Juíza de Direito, *Patrícia Madeira*. — O Oficial de Justiça, *Rui Jorge Mesquita*. 3000220698

5.º JUÍZO DE COMPETÊNCIA ESPECIALIZADA CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE GUIMARÃES

Anúncio

Processo n.º 311/06.ITBGMR-B.

Prestação de contas do administrador (CIRE).

Administrador da insolvência — Dr. José Costa Araújo.

Insolvente — Belitashoes Calçado, L.ª

José Lino Saldanha Retroz Galvão Alvoeiro, juiz de direito deste Tribunal, faz saber que são os credores e a insolvente Belitashoes Calçado, L.ª, número de identificação fiscal 505811693, com endereço na Rua de Campo Novo, São João de Ponte, 4800 Guimarães, notificados para, no prazo de 5 dias, decorridos que sejam 10 dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo administrador da insolvência (artigo 64.º, n.º 1, do CIRE).

O prazo é contínuo, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

16 de Novembro de 2006. — O Juiz de Direito, *José Lino Saldanha Retroz Galvão Alvoeiro*. — O Oficial de Justiça, *Gilberto Pires*. 1000308224

3.º JUÍZO DE COMPETÊNCIA ESPECIALIZADA CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE SANTA MARIA DA FEIRA

Anúncio

Processo n.º 9134/05.4TBVFR.

Insolvência de pessoa singular (requerida).

Requerente — Reinaldo Cortiças, L.ª, e outro(s).

Insolvente — Duarte José Oliveira Coelho.

Insolvente: Duarte José Oliveira Coelho, nascido em 17 de Agosto de 1983, freguesia de Mozelos, Santa Maria da Feira, número de identificação fiscal 230925995, com endereço na Rua de Santa Maria, 842, 4535 Santa Maria de Lamas.

Administradora da insolvência, Dr.ª Nídia Maria Coimbra de Sousa Lamas, com endereço na Rua de São Nicolau, 33, 5.º, Af, 4520-248 Santa Maria da Feira.

Ficam notificados todos os interessados de que o processo supra-identificado foi encerrado.

A decisão de encerramento do processo foi determinada por insuficiência de massa insolvente.

Efeitos do encerramento: o disposto no artigo 233.º do CIRE.

7 de Novembro de 2006. — O Juiz de Direito, *Rui Sanches e Silva*. — A Oficial de Justiça, *Isabel Fidalgo*. 3000219392

3.º JUÍZO DO TRIBUNAL DE COMÉRCIO DE LISBOA

Anúncio

Processo n.º 45/06.7TYLSB.

Insolvência de pessoa colectiva (requerida).

Credora — Caixa Geral de Depósitos, S. A.

Insolvente — Carmo & Braz, L.ª

No Tribunal de Comércio de Lisboa, 3.º Juízo de Lisboa, no dia 3 de Novembro de 2006, ao meio-dia, foi proferida sentença de declaração de insolvência da devedora Carmo & Braz, L.ª, número de identificação fiscal 500054991, com sede na Avenida do 1.º de Maio, 112, Fogueteiro, 2840-000 Seixal.

São administradores do devedor, António Nuno de Oliveira Reis, com residência fixada na Estrada Nacional n.º 125, 348, Vias do Sul, Quatrim Norte, 0000-000 Olhão, Fernando Palatino Baião, com domicílio na Rua dos Combatentes da Grande Guerra, 20, 3.º, 0000-000 Queluz, Carlos Alberto da Costa Casaca, com domicílio na Rua de Manuel Silvestre da Costa, 2, 3.º, direito, 0000-000 Costa da Caparica, Armando Afonso da Costa Rego, com domicílio na Rua do Dr. Oliveira Martins, 54, 0000-000 Oliveira de Azeméis, e Daniel Moreira Rula, com domicílio na Rua de 25 de Abril, 2, Pêro Negro, 0000-000 Sobral de Monte Agraço.

Para administrador da insolvência é nomeado Fernando da Cruz Dias, com domicílio na Avenida do Almirante Gago Coutinho, 56, 4.º, esquerdo, frente, 1700-031 Lisboa.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno [alínea i) do artigo 36.º do CIRE].

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de cinco dias

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 do artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE).

É designado o dia 18 de Janeiro de 2007, pelas 14 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da comissão de trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72.º do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE), casos de obrigatório patrocínio judiciário.

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

17 de Novembro de 2006. — A Juíza de Direito, *Maria de Fátima dos Reis Silva*. — A Oficial de Justiça, *Carla Stattmiller*. 3000220665

1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DE COMÉRCIO DE VILA NOVA DE GAIA

Anúncio

Processo n.º 435/05.2TYVNG.

Insolvência de pessoa colectiva (requerida).

Credor — Sifredo José Moreira dos Santos.

Insolvente — Xapa — Sociedade Imobiliária, S. A.

Encerramento de processo

Nos autos de insolvência acima identificados em que é Xapa — Sociedade Imobiliária, S. A., número de identificação fiscal 503074551, com endereço na Rua do Convívio, 12, Vila Chã, 4480-000 Vila do Conde.

Administrador da insolvência, João Manuel Couto Morais de Almeida, com endereço na Avenida do Dr. João Canavarro, 305, 3.º, S/ 32, Edifício Alameda 1, 4480-000 Vila do Conde.

Ficam notificados todos os interessados de que o processo supra-identificado foi encerrado.

A decisão de encerramento do processo foi determinada por ter decorrido o prazo a que alude o artigo 39.º, n.º 2, alínea a), do CIRE, sem haver sido requerido o complemento da sentença.

Efeitos do encerramento: insuficiência da massa falida.

Ao administrador da insolvência foram remetidos os respectivos anúncios para publicação.

8 de Novembro de 2006. — A Juíza de Direito, *Ana Olívia Esteves Silva Loureiro*. — A Oficial de Justiça, *Isabel Carvalho*. 1000308217

Anúncio

Processo n.º 464/06.9TYVNG.

Insolvência de pessoa colectiva (apresentação).

Insolvente — Metalúrgica Barbosa & Sousa, L.ª

Presidente da comissão de credores — Ibermetais — Indústria de Trefilagem, S. A., e outro(s).

Convocatória de assembleia de credores

Nos autos de insolvência acima identificados em que é Metalúrgica Barbosa & Sousa, L.ª, número de identificação fiscal 504101706, com endereço na Travessa de Rodrigues de Freitas 4445-584 Ermesinde.

Administrador de insolvência, Dr. Manuel Reinaldo Mâncio da Costa, com endereço na Rua de Camões, 218, 2.º, sala 6, 4000-138 Porto.

Ficam notificados todos os interessados de que no processo supra-identificado, por despacho de 7 de Novembro de 2006, foi designado o dia 22 de Janeiro de 2007, pelas 14 horas e 30 minutos, para a realização da reunião de assembleia de credores para discussão e aprovação do plano de insolvência.

Fica ainda notificado de que nos 10 dias anteriores à realização da assembleia, todos os documentos referentes ao plano de insolvência, se encontram à disposição dos interessados, na secretaria do Tribunal.

Os credores podem fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da comissão de trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72.º do CIRE).

Ficam advertidos os titulares de créditos que os não tenham reclamado, e se ainda estiver em curso o prazo fixado na sentença para reclamação, de que o podem fazer, sendo que, para efeito de participação na reunião, a reclamação pode ser feita na própria assembleia [alínea c) do n.º 4 do artigo 75.º do CIRE].

13 de Novembro de 2006. — A Juíza de Direito, *Ana Loureiro*. — A Oficial de Justiça, *Ermelinda Maria Moutinho*. 3000220700